

Capitalismo e Liberdade

MILTON FRIEDMAN

Prémio Nobel da Economia



Para Janet e David e os seus contemporâneos, que devem transportar o facho da liberdade na sua próxima etapa

Índice

Prefácio, 2002	11
Prefácio, 1982	15
Prefácio	21
Introdução	25
I. A Relação entre as Liberdades Económica e Política	33
II. O Papel do Estado numa Sociedade Livre	51
III. O Controlo do Dinheiro	69
IV. Sistemas Financeiros e Comerciais Internacionais	91
V. Política Fiscal	113
VI. O Papel do Estado na Educação	125
VII. Capitalismo e Discriminação	151
VIII. O Monopólio e a Responsabilidade Empresarial e Sindical	165
IX. O Licenciamento Profissional	185

X. A Distribuição de Rendimentos	211
XI. Medidas de Assistência Social	231
XII. A Redução da Pobreza	247
XIII. Conclusão	255
Índice Remissivo	263

Prefácio, 2002

No meu prefácio da edição de 1982 deste livro, referi-me a uma grande mudança no clima de opinião, expressa na diferença entre o modo como este livro foi recebido quando apareceu em 1962 e como um livro posterior, *Liberdade para Escolher*, escrito por mim e pela minha mulher e apresentando a mesma filosofia, foi recebido quando publicado em 1980. Essa mudança do clima de opinião ocorreu enquanto, e em parte porque, o papel do Estado era sobrevalorizado sob a influência do incipiente Estado-providência e das ideias keynesianas. Em 1956, quando fiz as conferências que a minha mulher ajudou a transformar neste livro, a despesa pública – federal, estadual e local – nos Estados Unidos correspondia a 26% do rendimento nacional. A maior parte dessa despesa concentrava-se na defesa. As despesas não-militares constituíam 12% do rendimento nacional. Vinte e cinco anos depois, quando saiu a edição de 1982 deste livro, a despesa total subira para 39% do rendimento nacional e a despesa não-militar mais do que duplicou, chegando a 31% do rendimento nacional.

Essa mudança no clima de opinião surtiu o seu efeito. Abriu caminho para a eleição de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Eles conseguiram do-

mar o monstro, mas não derrubá-lo. A despesa pública total nos Estados Unidos diminuiu ligeiramente, de 39% do rendimento nacional em 1982 para 36% em 2000, mas isso deveu-se quase exclusivamente a uma redução dos gastos com a defesa. As despesas não-militares mantiveram-se num nível mais ou menos constante: 31% em 1982, 30% em 2000.

O clima de opinião recebeu outro impulso no mesmo sentido com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da União Soviética em 1992. Chegava assim ao fim, de forma dramática, uma experiência de cerca de 70 anos com duas maneiras alternativas de organizar a economia: do topo para a base *versus* da base para o topo; planeamento e direção central *versus* mercados privados; ou, mais familiarmente, socialismo *versus* capitalismo. O resultado dessa experiência fora anunciado por várias experiências semelhantes mas em menor escala: Hong Kong e Taiwan *versus* a China continental; Alemanha Ocidental *versus* Alemanha de Leste; Coreia do Sul *versus* Coreia do Norte. Mas foi preciso o drama do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética para o tornar parte da sabedoria comum, sendo hoje geralmente dado como adquirido que o planeamento central é de facto *O Caminho para a Servidão*, como intitulou Friedrich A. Hayek o seu ensaio brilhante e incisivo de 1944.

O que se passou nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha passou-se igualmente nos outros países ocidentais avançados. Em vários países, as primeiras décadas do pós-guerra assistiram a um socialismo vibrante, a que se seguiu um socialismo rastejante ou estagnante. E em todos estes países a pressão hoje é para atribuir aos mercados um papel maior e ao Estado um papel menor. Interpretado esta situação como refletindo o grande desfasamento entre a opinião e a prática. A rápida socialização nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial refletiu uma mudança de opinião, a favor do coletivismo, que ocorreu antes da guerra; o socialismo rastejante ou estagnante das últimas décadas reflete os primeiros efeitos da mudança de opinião do pós-guerra; a futura dessocialização irá refletir os efeitos amadurecidos da mudança de opinião reforçada pelo colapso da União Soviética.

Essa mudança de opinião tem surtido efeitos ainda mais expressivos no mundo anteriormente subdesenvolvido. Isso aconteceu até na China, o maior país ainda declaradamente comunista. A introdução de reformas de mercado por Deng Xiaoping no final dos anos 70, privatizando na prática a agricultura, aumentou drasticamente a produção e levou à introdução de outros elementos de mercado numa sociedade comunista de economia planificada. O relativo aumento da liberdade económica mudou a face da China, confirmando de forma notável a nossa fé no poder dos mercados livres. A China está ainda muito longe de ser uma sociedade livre, mas não há dúvida de que os seus habitantes estão mais livres e mais prósperos do que na época de Mao – mais livres em todos os aspetos exceto o político. E surgem até os primeiros pequenos sinais de algum aumento da liberdade política, expresso pela eleição de alguns funcionários num número cada vez maior de aldeias. A China tem um longo caminho a percorrer, mas tem vindo a deslocar-se na direção certa.

No período logo após a Segunda Guerra Mundial, a doutrina dominante dizia que o desenvolvimento do terceiro mundo exigia o planeamento central e grandes quantidades de ajuda externa. O fracasso dessa fórmula, onde quer que foi experimentada, como salientaram de modo tão convincente Peter Bauer e outros, e o êxito formidável das políticas orientadas para o mercado dos «tigres» da Ásia Oriental – Hong Kong, Singapura, Taiwan, Coreia do Sul – produziram uma doutrina para o desenvolvimento muito diferente. Ultimamente, muitos países na América Latina e na Ásia, e mesmo alguns em África, têm adotado uma estratégia orientada para o mercado e um papel mais pequeno para o Estado. Muitos dos antigos satélites da União Soviética fizeram o mesmo. Em todos estes casos, conforme o tema deste livro, o aumento da liberdade económica tem sido acompanhado de um aumento da liberdade política e civil e tem conduzido a uma maior prosperidade; o capitalismo competitivo e a liberdade têm sido inseparáveis.

Uma última nota pessoal: é um raro privilégio para um autor poder avaliar a sua obra 40 anos depois de esta ser publicada pela

primeira vez. Prezo bastante essa oportunidade. Sinto-me extremamente contente com a forma como o livro resistiu ao tempo, continuando pertinente para os problemas de hoje. Se tivesse de fazer alguma alteração importante, substituiria a dicotomia da liberdade económica e liberdade política pela tricotomia da liberdade económica, liberdade civil e liberdade política. Depois de terminar o livro, Hong Kong, antes de ser devolvido à China, convenceu-me de que embora a liberdade económica seja uma condição necessária para as liberdades política e civil, a liberdade política, ainda que desejável, não é uma condição necessária para as liberdades económica e civil. Assim, o principal defeito do livro parece-me o seu tratamento inadequado do papel da liberdade política, que nalgumas circunstâncias favorece e noutras inibe a liberdade económica e a liberdade cívica.

MILTON FRIEDMAN
Stanford, Califórnia
11 de março de 2002